



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ
"Amazônia : Patrimônio dos Brasileiros"
Secretaria Municipal de Assistência Social



TERMO DE CONTRATO N.º 03/2022 - SEMAS

INSTRUMENTO DE CONTRATO NOS TERMOS DO PREGÃO N.º 023/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E POR OUTRO LADO COMO CONTRATADA A EMPRESA CANUTO & KOTINSKI LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Contrato de fornecimento de combustível, que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, n.º 032W, Centro, neste ato representado por sua titular a **Sra. ERONILDES APARECIDA GONÇALVES**, brasileira, portadora da Carteira de identidade n.º 333.102-4 SSP/RR, CPF/MF n.º 241.758.382-07, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATANTE**; do outro a empresa **CANUTO & KOTINSKI LTDA**, CNPJ n.º 22.624.848/0002-05, neste ato representada por seu titular o **SENHOR JOÃO VICTOR VERAS KOTINSKI**, portador do CPF n.º 799.083.812-53, RG n.º 187.298-SSP/RR, residente na Rua do Jambeiro, n.º 910, Caçari, Boa Vista-RR, CEP: 69.307-420, doravante denominado de **CONTRATADO**, na conformidade das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1 – Aquisição de combustível, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Mucajaí-RR.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1 - Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão n.º. 05/2022 com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - Os fornecimentos contratados serão realizados por execução direta, sob o regime de consumo baseado nos quantitativos por fontes.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO/ABASTECIMENTO

4.1. O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada ao longo da vigência do contrato, nos estabelecimentos da empresa, mediante a apresentação de “Requisição de Fornecimento”, assinada por servidor designado e pelo condutor do veículo no Posto.

4.2. Os abastecimentos serão efetuados somente com a apresentação das “Requisições de Fornecimento”, nas quantidades estipuladas no documento, com as demais características do veículo pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.3. A empresa deverá indicar o endereço de localização do(s) seu(s) posto(s) de abastecimento, orientando seus empregados sobre a forma do fornecimento dos produtos aos veículos do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

5.1 - O valor total estimado deste contrato para custear as despesas é de **R\$ 145.000,00** (Cento e quarenta e cinco mil reais) baseado no valor total estimado, considerando os reajustes dos valores dos combustíveis feitos pela Petrobras.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ
"Amazônia : Patrimônio dos Brasileiros"
Secretaria Municipal de Assistência Social



CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 - A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal, com observância ao disposto nos artigos 66 à 76 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e conforme as condições definidas neste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Deverá fiscalizar a execução do contrato, bem como:

7.1.1 - Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento, e a fiscalização das atividades registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento do produto, notificando à Empresa, sobre as falhas ou defeitos, determinando prazo para a regularização das falhas, e defeitos observados.

7.1.2 - Controlar as "Requisições de Fornecimento", relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial, sem ônus adicionais para o **MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ-RR**.

7.1.3. Efetuar o pagamento à contratada em conformidade com o disposto neste instrumento;

7.1.4. Receber o material do contrato, através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o Inciso II do Art. 73 da Lei n.º 8.666/93;

7.1.5. Notificar por escrito, à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obrigar-se-á a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e, em especial:

8.2.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante;

8.2.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações do mesmo, visando fiel desempenho das atividades;

8.2.3. Manter durante todo o período de vigência do presente contrato todas as condições que ensejaram a sua habilitação;

8.2.4. Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

8.2.5 - Fornecer Talonário de Abastecimento ("Requisições de Fornecimento"), numerados, em duas (02) vias, objetivando a solicitação e o controle do fornecimento, devendo constar campo apropriado para o registro dos seguintes dados:

8.2.6 - Placa, marca e modelo do veículo;

8.2.7- Tipo e quantidade de combustível;

8.2.8 - Espaço para o nome do servidor autorizado para efetuar a requisição e a respectiva assinatura e

8.2.9- Espaço para o nome do empregado da contratada autorizado para efetuar o abastecimento e a respectiva assinatura.

8.2.10- Fornecer somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP - Agência Nacional do Petróleo, em especial à Portaria ANP n.º 116, de 5.7.2000 (DOU 6.7.2000 - retificada DOU 7.7.2000) e à Portaria ANP n.º 248, de 31.10.2000 (DOU 10.11.2000), ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.

8.2.11- Entregar os produtos objeto deste Contrato, independentemente de quaisquer contratemplos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

8.2.12 - Executar o fornecimento por intermédio de empregados especializados, estando ciente das normas técnicas de segurança que regem o manejo dos equipamentos no fornecimento de combustíveis.

[Handwritten signature]



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAI
"Amazônia : Patrimônio dos Brasileiros"
Secretaria Municipal de Assistência Social



8.2.13- Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, e recomendações das leis vigentes, no momento da transferência do combustível das bombas para o tanque dos veículos.

8.2.14. Efetuar imediata correção das deficiências apontadas pela contratante com relação à execução do contrato.

8.2.15. Manter preposto aceito pelo contratante para apresentá-la durante o período de execução do contrato.

8.2.16. Assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da convocação, sob a pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93. Este prazo poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado e devidamente justificado pela parte interessada e aceito pela Administração.

8.2.17 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

9.1 - Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

9.1.1 - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1 Os valores deste instrumento poderão ser revistos, para mais ou para menos, durante a vigência deste contrato de acordo com a variação oficial dos preços dos combustíveis, mediante apresentação por parte da empresa **CONTRATADA** dos documentos fiscais que comprovem o reajuste dos preços ou da Prefeitura Municipal de Mucajaí -RR com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do Art. 58 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA

11.1 - O fornecimento de combustível será efetivado mediante a emissão de notas de Empenhos: nº 61/22, nº 62/22, nº 63/22, nº 64/22, correndo a despesa por conta do elemento orçamentário próprio, a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA: 04.243.0017.1045.0000 – CRIANÇA FELIZ;

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA: 08.244.0017.2054.0000 – PBF CRAS;

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA: 08.244.0017.2077.0000 – IGD PBF;

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA: 08.244.0019.2047.0000 – RECURSO PRÓPRIO.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00

11.2 - As despesas para os anos subsequentes, em caso de prorrogação deste contrato, estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, a ser consignada ao **CONTRATANTE** na Lei Orçamentária Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pela Secretaria Municipal de Finanças, até o décimo quinto (15º) dia do mês subsequente, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pela fiscal designado.

12.2 O pagamento será efetuado à empresa mensalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com as "Requisições de Fornecimento".

12.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas "Requisições de Fornecimento".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

13.1 - O prazo de vigência contratual será de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos do §1º, do Art. 57, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo,

[Assinatura]



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ
"Amazônia : Patrimônio dos Brasileiros"
Secretaria Municipal de Assistência Social



Orientação Normativa/AGU nº. 39/2011 ("A vigência dos contratos regidos pelo art. 57 *Caput* da lei 8.666 de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se assim sua inscrição em restos a pagar"), norteados ainda pelo Art. 65 §1º e §8º e **SUMULA TCU 191**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

14.1 - A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão nº. **05/2022**, a Lei nº. 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1 – O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas, ressaltando, principalmente, os seguintes casos:

15.1.1 – Unilateralmente pela Administração do **CONTRATANTE**:

15.1.1.1 – Quando houver modificação do projeto básico ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e

15.1.1.2 – Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1 – Se a **LICITANTE VENCEDORA** falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 – A penalidade será obrigatoriamente registrada no Cadastro de Fornecedores do Município com de suspensão de licitar, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e demais cominações legais.

16.3 – O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a **LICITANTE VENCEDORA** às sanções previstas na Seção II do capítulo IV da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades:

16.3.1 – Advertência;

16.3.2 – Multa de 0,3% (zero ponto três por cento), ao dia, sobre o valor total do Contrato por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até o 30º (trigésimo) dia;

16.3.3 – Multa de 2% (dois por cento), por dia de atraso sobre o valor do Contrato, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

16.3.4 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, art. 87, da Lei nº. 8.666/93 e sua alteração.

16.4 – O não cumprimento do objeto do contrato, na forma e condições firmadas, ensejará o imediato cancelamento da Nota de Empenho, e aplicação das sanções estabelecidas nos artigos 81, 86 e 87 da Lei 8.666/93 e sua alteração.

16.5 – As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ**, ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

[Handwritten signature]



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ
"Amazônia : Patrimônio dos Brasileiros"
Secretaria Municipal de Assistência Social



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1 – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das hipóteses prescritas no art. 77 a 80, Capítulo III, Seção V, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Mucajaí – RR, para dirimir os conflitos oriundos do presente instrumento, quando não puderem ser dirimidos pela Prefeitura Municipal ou pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

E, por estarem em pleno acordo, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas para que produza efeitos legais.

Mucajaí - RR, 25 de março de 2022.

Eronildes Aparecida Gonçalves
Prefeitura Municipal de Mucajaí-RR
CPF/MF nº 241.758.382-07

João Victor Veras Kotinski
CANUTO & KOTINSKI LTDA
CNPJ nº 22.624.848/0002-05

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____